

# ÍNDIOS DE MOJO E CHIQUITOS NO CONTEXTO COLONIAL IBÉRICO DO SÉCULO XVI AO XVIII

MOJO AND CHIQUITOS INDIANS IN THE IBERIAN COLONIAL CONTEXT BETWEEN THE 16<sup>TH</sup> AND 18<sup>TH</sup> CENTURIES

**Ione Aparecida Martins Castilho Pereira<sup>1</sup>**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

**Correspondência:**

Programa de Pós-Graduação em História

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 3 – Sala 303 / CEP: 90619-900 – Porto Alegre – RS

E-mail: [ione\\_castilho@yahoo.com.br](mailto:ione_castilho@yahoo.com.br)

**João Ivo Puhll; Otávio Ribeiro Chaves**

Universidade do Estado de Mato Grosso

**Correspondência:**

Faculdade de Ciências Humanas/Departamento de História.

Avenida São João, s/n. – Cavalhada 78200-000 - Cáceres, MT - Brasil

E-mail: [jivopuhll@gmail.com](mailto:jivopuhll@gmail.com) / [otavioribeirochaves@gmail.com](mailto:otavioribeirochaves@gmail.com)

## Resumo

O presente artigo tem por finalidade apresentar o estudo sobre o espaço em que se formaram as missões jesuíticas de Mojo e Chiquitos, espaço este marcado por dois momentos: um por relações tensas de fronteira entre portugueses da Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá com os jesuítas das missões espanholas de Mojo e Chiquitos (1<sup>a</sup> metade do século XVIII), e outro pelo estabelecimento de uma rede de contrabando “secreto” articulada pela Coroa portuguesa com os curas das antigas missões jesuíticas e comerciantes do Vice-Reinado do Peru.

**Palavras-chave:** Índios de Mojo e Chiquitos; missões jesuíticas; contrabando secreto.

## Abstract

This paper presents a study on the space that formed the Jesuit missions of Mojo and Chiquitos, a space marked by two moments: one by strained relations between the Portuguese border of the Captaincy General of Mato Grosso with the Jesuits of Spanish missions of Mojo and Chiquitos (first of the 18<sup>th</sup> century), and secondly, the establishment of a network of secret smuggling articulated by the Portuguese Crown with the healing of the old Jesuit missions and traders of the Viceroyalty of Peru.

**Keywords:** Mojo and Chiquitos Indians; Jesuit missions; secret smuggling.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora Júnior Projeto Pró-Prata. Bolsista da CAPES.

Os espaços que abordaremos neste artigo correspondem àqueles em que foram fundadas as missões jesuíticas dos Chiquitos e Mojo. Estes espaços foram historicamente marcados por dois momentos: um por relações tensas de fronteira entre portugueses da Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá e os jesuítas das missões espanholas de Mojo e Chiquitos (1ª metade do século XVIII), e outro pelo estabelecimento de uma rede de contrabando “secreto” articulado pela Coroa portuguesa com os curas das antigas missões jesuíticas e comerciantes do Vice-Reinado do Peru.

O primeiro espaço que vamos abordar refere-se à expressão geográfica dada a uma vasta planície que se estende desde os altiplanos andinos até a fronteira brasileira (no atual estado de Rondônia). Denominada de Llanos de Mojos (atual departamento de Beni, na Bolívia), esta planície, além de ser uma denominação geográfica por descrever uma imensa savana situada nas margens mais altas da bacia fluvial amazônica, é uma jurisdição administrativa que, no início da colonização, remetia à área missioneira de Mojo, cujo perímetro era estabelecido pelas principais redes fluviais (os rios Beni, Marmoré, Guaporé e seus afluentes) e pelos diversos grupos indígenas orientados por estas margens.

Apesar de a diversidade linguística ser destacada nas fontes jesuíticas de Mojo, os padres reconheciam apenas seis grupos étnicos como os mais importantes, sendo eles: os *Mojo* e *Baure* (pertencentes ao grupo linguístico arawak), seguidos pelos *Kayubaba*, *Canisiana* (*Canichana*), *Mobina* e *Itonoma* (cujas línguas encontram-se sem classificação). Se observarmos a distribuição dos grupos étnicos presentes na planície de Llanos de Mojos, veremos que há uma diversidade não só linguística, mas também de desenvolvimento sociocultural, afinal, estes grupos indígenas variavam desde simples caçadores-coletores (como os *Sirinós*) até os mais complexos cacicados (como os *Mojo*, *Baure* e *Cayuvava*).

A primeira etnia de fala arawak contatada pelos jesuítas ao longo dos rios Marmoré, Grande (ou Guapay) e Yacuma a partir 1677 foram os *Mojo*. Esta etnia, de acordo com antropólogo Alfred Métraux<sup>2</sup>, era predominantemente agricultora, pois cultivava mandioca, milho, batata-doce, abóbora, amendoim, feijão, pimenta, mamão, banana, tabaco e algodão. Para solucionar os problemas com a agricultura, estas populações indígenas desenvolveram complexas obras hidráulicas que, além de controlar as inundações e as longas temporadas de seca, facilitavam também a caça, a pesca e a comunicação entre as diversas populações indígenas presentes ao longo desta savana alagadiça.

Esta forma de se organizar no espaço, produzida por estas populações indígenas, alterou profundamente a paisagem de Llanos de Mojo, que a partir de então passou a ser constituída por estradas terrestres (*causeways*, *terraplenes*, *calçadas*), elevados habitacionais (*lomas* ou *mounds*), uma variedade de campos elevados de plantio (*raised*

---

<sup>2</sup> METRAUX, Alfred. The Tribes of Mato Grosso and Eastern Bolivia. In: STEWARD, Julian H. (ed.). *Handbook of South America Indians. The Tropical Forest Tribes*. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. Volume 3. Washington, 1963.

*field, camellones*), canais (*canals*), além de diques e fossos circulares (*ditches e moats*)<sup>3</sup>. Estas *obras de terra*, segundo Erikson e Willian Denevan<sup>4</sup>, demonstravam que as etnias de Llanos de Mojo contavam com uma alta capacidade de organização social, pois estas atividades demandavam investimentos de trabalho em larga escala que as sociedades complexas normalmente empreendem<sup>5</sup>.

Ao contrário dos *Mojo*, que são descritos pormenorizadamente nos relatos missioneiros, não há muita informação sobre os índios *Baure* (também denominados *Mau-re*). Esta foi a segunda etnia de fala arawak a entrar em contato com os jesuítas na planície de Llanos de Mojos. Os *Baure* estavam localizados ao longo dos rios Blanco, Itonama e San Simón (compreendidos principalmente entre este último e o rio Guaporé). A organização social e material destes indígenas era semelhante à dos *Mojo*, embora os jesuítas os considerassem mais “civilizados” que as outras etnias presentes na planície de Llanos de Mojos. O espaço habitacional dos índios *Baure* era composto por um grande número de aldeias bem construídas, com ruas e praça, cercadas por paliçadas, fossos e armadilhas cavadas ao longo do caminho para evitar ataque de tribos inimigas.

Já os índios *Cayuvava* (*Kayuvava, Cayubaba*) habitavam grandes aldeias localizadas ao longo do rio Madeira e a norte do rio Yacuma. Estes índios foram descobertos pelo jesuíta Augustín Zapata no ano de 1693, todos aparentemente sob o domínio de um único chefe, o qual os indígenas denominavam de “Paititi”. Os antigos *Cayubaba* foram descritos pelos jesuítas como bons agricultores, pois, segundo Denevan, plantavam amendoim, mandioca-doce, milho, entre outras plantas.

Ao contrário dos índios *Cayuvava*, os *Itonama* não tinham grandes aldeias e estavam dispersos ao longo das margens dos rios Itonama e Machupo. Estes indígenas falavam uma língua isolada, cultivavam milho e praticavam a caça e a pesca. Os índios *Movima* também representavam uma família linguisticamente isolada. Suas aldeias estavam localizadas na margem esquerda do rio Marmoré e ao longo do rio Yacuma. O mais interessante, segundo Denevan, é que no espaço ocupado pelos índios *Movima* foram encontradas grandes concentrações de estradas (*causeways*) e campos (possivelmente *lomas*) no rio Beni. Para o autor é quase improvável que estes indígenas fossem os responsáveis por estas obras de terras com estas características. No entanto, acredita que esta etnia já estava em um processo de declínio quando os jesuítas os encontraram (e talvez isto explicasse a grande concentração de obras de terra na espacialidade do *Movima*).

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes sobre as *obras de terra* produzidas pelos indígenas de Llanos de Mojos, consultar ERICKSON, Clark L. *Pre-Columbian roads of the Amazon. Expedition* 43(2): 2, 1-30. 2001. Ver igualmente: ERICKSON, Clark L. Sistemas agrícolas prehispânicos en los Llanos de Mojos. *América Indígena*, v. XL (nº 4): 73 1-755, Octubre/Diciembre, 1980.

<sup>4</sup> DENEVAN, Willian M. *The aboriginal cultural geography of the llanos de Mojos of Bolivia*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1966.

<sup>5</sup> ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras/SMC/FAPESP. 2002:56.

Os índios *Canichana* (*Canisi*, *Kanichana*, *Canisiana*) formavam uma pequena tribo localizada na margem direita do rio Marmoré e arredores das cabeceiras do rio Machupo. Os *Canichana* formavam um grupo linguístico independente, e suas aldeias estavam protegidas por paliçadas. A caça e a pesca eram mais importantes economicamente do que a agricultura. Eram conhecidos como povos guerreiros e “ferozes canibais”, pois atormentavam os seus vizinhos *Moré*, *Cayuvava* e *Itonama*, como bem destaca Willian Denevan. Já as tribos marginais encontravam-se localizadas próximas aos seis grupos principais ou em meio a savanas. De um modo geral, praticavam caça, pesca, coleta e agricultura. Suas cabanas eram suportadas por duas filas de postes de madeira, divididas internamente por esteiras, e geralmente encontravam-se próximas às plantações. Nestas cabanas habitavam até oito famílias. As etnias consideradas tribos marginais, segundo os autores, eram os *Sirionó*, *Tapacura*, *Chácobo*, *Maropa*, *Caviña*, *Chimane*, *Guarayo*, *Paúserna*, *Arikêm*, *Itogapuk*, *Matanawí*<sup>6</sup>.

O segundo espaço refere-se aos índios Chiquitos, que antes do sistema colonial e reducional de 1691, eram múltiplos povos com culturas e línguas distintas, e alguns grupos até mantinham relações de inimizade entre si. Com base em crônicas de expedições de conquista, documentos de autoridades coloniais e relatos dos missionários jesuítas, traçamos um quadro dos Chiquitos, usando também a tese de Tomichá (2002)<sup>7</sup>.

Mesmo que as reduções de Chiquitos reunissem povos culturalmente muito diferentes, os relatos dos missionários dão a equivocada impressão de que todos viviam em aldeias provisórias, que eram caçadores e pescadores de poucas famílias aparentadas, que a liderança dos caciques só funcionava em momentos de guerras e no restante do tempo viviam livres e despreocupados. Outras fontes contemporâneas indicam que nem todos eram apenas caçadores, pescadores e coletores, pois já havia os que praticavam uma agricultura de coivara, principalmente entre os de origem amazônica, do tronco linguístico arawak.

A presença portuguesa em terras consideradas espanholas, pelo Tratado de Tordesilhas, motivou a Coroa a conhecer, conquistar e colonizar territórios e populações nativas no centro da América do Sul. Avançando desde Assunção, submeteram nativos, organizaram sucessivas expedições em busca de um caminho de Assunção

---

<sup>6</sup> Consultar: METRAUX, Alfred. Op. cit., 1963; LÉVI-STRAUSS, Claude. Tribes of the right bank of the Guaporé River. In: STEWARD, Julian H. (ed.). *Handbook of South America Indians. The Tropical Forest Tribes*. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. Bulletin 143. Volume 3. Washington, 1963.

<sup>7</sup> TOMICHÁ CHARUPÁ, Roberto. *La primera evangelización de las reducciones de Chiquitos*, Bolivia (1691-1767). Cochabamba: Editorial Verbo Divino, Universidad Católica Boliviana, OFMConv., 2002. Os principais documentos jesuítas que utilizamos foram: TOMICHÁ, Roberto. *Memorial del Pe. Francisco de Burgés sobre las Misiones de Chiquitos [1703] y Documentos Complementarios*. Sucre: Anuario de la Academia de Historia Eclesiástica, 10, 2007; FERNANDEZ, P. Juan Patricio. *Relación Histórica de las Misiones de los Indios que habían los misionarios de la Compañía de Jesus en Chiquitos*. Tomos I e II – [Madri:1726] Asunción: 1896 e Santa Cruz, Bolivia: Editorial UPSA, 2004; KNOGLER, P. Julián. Carta a un Amigo. In: HOFFMANN, Werner. *Las Misiones Jesuíticas entre los Chiquitanos*. Buenos Aires: Conicet, 1979.

aos Andes, às minas de Potosi ou Lima ou ao Gran Paititi ou El Dorado. Ocuparam-se disso: Cabeza de Vaca, Ayolas, Irala e Nuflo de Chaves, nas incursões espanholas do século XVI.

Os maiores aliados dos espanhóis na conquista do Chaco e Pantanal foram os *Guarani*<sup>8</sup>, que ocupavam toda a planície do Prata. Os *Guaicuru* eram seus grandes inimigos; outros povos eram *pequenos inimigos*, o que pode ter originado o nome “Chiquitos”<sup>9</sup>.

Cabeza de Vaca<sup>10</sup>, em 1543, encontrou diferentes povos nativos subindo o rio Paraguai. Contatou com os *Tarapecosi* e os *Xarayé* no mar dos Xarayés, depois lagoa dos Xaraés. Esse povo vivia em ambiente alagado, praticando caça, pesca e avançada agricultura, que lhe garantia diversificada e rica dieta alimentar. Sua língua e costumes, para alguns cronistas, eram semelhantes aos de outros grupos que também foram incorporados como Chiquitos. Irala entrou na *chiquitania* entre 1547-49 e defrontou-se com os *Tamacoci* e os *Gorgotogui*, que ofereceram resistência, usando flechas envenenadas. Eram semelhantes aos *Xarayé* na cultura e no idioma, por isso tornaram-se o núcleo central do que veio a ser o Chiquito.

A expedição de Nuflo de Chaves, em 1557, foi atacada por índios “que por primer vez se les llamó los Chiquitos”. Eram considerados bem mais perigosos do que os outros com os quais os espanhóis já se haviam encontrado. Aqueles índios belicosos, diz a autora, “en las fuentes se los menciona como adversarios a los travasikosis, xarapekokis y tobakikosis”<sup>11</sup>. Os três nomes se referem ao mesmo grupo ou a povos diferentes? Tomichá esclarece que:

Hasta el momento hemos considerado a los nativos del grupo étnico más importante de la región con el nombre genérico de la época: “chiquitos”, o también “indios chiquitos”. Sin embargo, es preciso señalar que dichos indígenas fueron llamados con otros diversos nombres además del ya conocido “chiquitos”: trabasicosis o tobacicosi, tapuymirí, choropa y m’oñeyca<sup>12</sup>.

---

<sup>8</sup> Refere-se aos *Guarani* das cercanias de Assunção. As relações com as diversas parciaisidades desta nação variaram. A historiografia matizou as percepções a respeito da aliança “cario-espanhola”. Reconhece a importância da participação de guerreiros *guaranis* nas expedições espanholas para esta área.

<sup>9</sup> SUSNIK, Branislava. *Una visión socio-antropológica del Paraguay del siglo XVIII*. Asunción-PY: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1991. SILVA, Renata Bortoletto. *Os Chiquitano de Mato Grosso: estudo das classificações sociais em grupo indígena da fronteira BR/BO*. 2007. São Paulo – USP. Tese (Doutorado em Antropologia Social).

<sup>10</sup> CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. *Naufração e Comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

<sup>11</sup> KREKELER, Brigit. *Historia de los Chiquitanos: pueblos indígenas de las tierras bajas de Bolivia*. 2. ed. La Paz: Talleres Gráficos HISBOL, 1995, p. 193.

<sup>12</sup> TOMICHÁ CHARUPÁ, Roberto. *La primera evangelización de las reducciones de Chiquitos, Bolivia (1691-1767)*. Cochabamba: Editorial Verbo Divino/Universidad Católica Boliviana, OFMConv., 2002, p. 224.

O autor supõe que os dois primeiros nomes referidos por Krekeler seriam variações da grafia do mesmo nome e nem faz referência a *Xarapekokis*. O termo *xarapekokis* poderia referir-se aos *Tarapecocis*, que “mantenían un comercio con otros grupos, de habla chiquita y también arawak [...] tenían para enfrentarse a los españoles un arma que les permitiría medirse con los intrusos”<sup>13</sup>. Eram os índios mais temidos pelos espanhóis por suas flechas envenenadas. Desta arma, os espanhóis tiveram notícias pelos *Xarayé*, que chamavam aquele povo com o apelido de “tapuymirí”. Afirmavam que “esta gente tiene yerba que luego mata”<sup>14</sup>.

Tomichá, apoiando-se no escrito do pe. Samaniego (1700), diz que os espanhóis chamariam aos *Tobacicosis* de Chiquitos<sup>15</sup>. A denominação genérica “Chiquito” não identificava um único grupo étnico, mas foi atribuída pelos espanhóis inicialmente aos *Trabasicosis* ou *Tobacicosis* e *Gorgotogui*; depois se generalizou para os múltiplos grupos ou nações indígenas distintas que viviam no planalto bordejado pelas terras baixas do Pantanal, da planície Amazônica e os contrafortes da cordilheira dos Andes reunidos em dez reduções. Em cada povoado destes foram juntadas pessoas de cinco a oito povos diferentes.

A penetração espanhola, estabelecendo povoações, cidades, vilas ou postos militares, entre os séculos XVI e XVIII, teve incalculáveis impactos sobre a configuração das territorialidades indígenas. Esse processo gerava tensões e conflitos inclusive entre os colonizadores. Os administradores coloniais eram pressionados pelos interessados nas riquezas naturais e na mão de obra dos índios. A autoridade real os pressionava, quando recebia denúncias de maus-tratos, escravização e extermínios, pelo sistema da *encomienda* denunciada e condenada por religiosos e autoridades mais sensíveis à situação dos nativos, submetidos e explorados. A pressão também vinha dos indígenas que se rebelavam contra os *encomienderos* espanhóis<sup>16</sup>.

O estabelecimento dos primeiros colonos na Santa Cruz de la Sierra fundada em 1561 foi dificultado pela rebeldia dos índios. Esta cidade foi transferida e refundada duas vezes até o início do século XVII. Isso indica a instabilidade das relações entre os espanhóis e os nativos. Os *Gorgotogui*, etnia do núcleo central dos Chiquitos, resistiram muitas décadas ao domínio espanhol, utilizando suas flechas envenenadas. Só foram submetidos quando os conquistadores descobriram um antídoto eficaz contra suas flechas letais.

No século XVII, *vecinos*<sup>17</sup> *cruceños* saíam em expedições de caça e captura aos diversos grupos indígenas das redondezas da cidade. Essas caçadas são conhecidas,

---

<sup>13</sup> KREKELER, 1995, p. 193.

<sup>14</sup> TOMICHÁ, 2002, p. 224.

<sup>15</sup> Idem, p. 225.

<sup>16</sup> KREKELER, 1995, p. 173.

<sup>17</sup> *Vecinos* eram espanhóis ou crioulos proprietários residentes numa vila, a quem o sistema colonial reconhecia direitos e privilégios não reconhecidos ao resto da população. Podiam ter acento no *Cabildo*, tinham direito a *encomienda* de índios, podiam ascender a cargos e funções políticas, religiosas ou militares.

nas crônicas da época, como *malocas* ou *correrias*. Aniquilavam aldeias inteiras, que chamavam *rancherías* ou *parcialidades*. Traziam consigo todos os índios que conseguiram aprisionar<sup>18</sup>. Mesmo proibido por lei, na prática os índios capturados eram vendidos ou distribuídos entre os *encomienderos*. Os colonos necessitados de mão de obra, em Santa Cruz ou nas minas do Alto Peru, pagavam bem por este tipo de prisioneiros.

Desta forma, já no final do século XVII, ampla reconfiguração territorial estava em andamento com a atuação dos colonos, autoridades e missionários espanhóis quando se abriu uma nova frente de contatos e incursões. A entrada em cena dos mamelucos paulistas no século XVII provocou rearranjos nas relações entre os indígenas, ou entre estes e os espanhóis. Os mamelucos avançavam pelo oriente perseguindo os índios residentes desde o Itatim e aqueles que já fugiam ou migravam por causa deles.

Nesta circunstância, os indígenas fugitivos invadiam e entravam em territórios de outros povos. As tensões aumentavam e exigiam negociações e novos acordos entre as partes. Pe. F. Burgés, em seu dossiê de 1703, fala de várias incursões de mamelucos no final do século XVII, e atribui à primeira fundação da redução de San Rafael de Chiquitos esta presença aterrorizante para os indígenas entre 1694-96, quando uma das expedições paulistas chegou até perto de Santa Cruz, na redução de San Javier, onde foi derrotada pelos índios e espanhóis.

Os *Guarani* do Itatim, atacados pelos mamelucos, adentraram as terras baixas do atual oriente boliviano durante o século XVII. Escapavam da escravidão e buscavam espaços para se estabelecerem. Este foi o caso dos *Guaraio*, *Sirionó* e *Guarazugwe* ou *Paucerna*, que se disseminaram em várias direções<sup>19</sup>. Também aconteceu com grupos de *Bororo* que, na Chiquitania, foram denominados *Otuke*. Eles ocuparam brechas abertas nos espaços entre os povos e as reduções. Também os *Guaicuru*, confrontados por espanhóis, *Guaranis* e portugueses na bacia do Paraguai, adentraram os territórios tradicionais dos Chiquitos.

Durante o século XVIII, com a instalação efetiva dos portugueses nos distritos de Cuiabá e Mato Grosso, a consolidação das reduções de Moxos e Chiquitos e a governação de Santa Cruz, fechava-se um contorno de intrusões sobre Chiquitos. Estas populações multiétnicas mantinham, entre si, diferenças, particularidades e autodenominações, mas perdiam seus territórios ancestrais. Por isso, buscaram proteção no governo de Santa Cruz e solicitaram missionários para a sua catequese nas décadas finais do século XVII.

Fontes jesuíticas dos séculos XVII e XVIII homogeneizaram estes indígenas como Chiquitos, nas reduções. As descrições do jesuíta Julián Knogler, em carta edificante de 1769<sup>20</sup>, permitem destacar algumas características culturais dos nativos na

<sup>18</sup> Os padres jesuítas Francisco de Burgés (1703) e Juan Patricio Fernandez (1723) relatam episódios relacionados às correrias e malocas de *cruceños* e os problemas que traziam para os missionários, pois os índios os identificavam com estes espanhóis. As mortes do pe. Lucas Caballero e de outros jesuítas entre os Chiquitanos podem estar relacionadas com esta questão.

<sup>19</sup> RIESTER, Jurgen. *En busca de la Loma Santa*. La Paz – Cochabamba, 1976.

<sup>20</sup> HOFFMANN, Werner. *Las Misiones Jesuíticas entre los Chiquitanos*. Buenos Aires: Conicet, 1979.

selva, nos montes e chacos. Ele detalhou costumes, crenças e práticas de vida de índios Chiquitos e de seus vizinhos que, nas reduções, acabaram também se configurando como tais. Alguns grupos viviam nas proximidades e em contato com Chiquitos, como aliados e amigos ou como inimigos.

A complexa composição étnica da população das dez fundações de Chiquitos pode ser exemplificada na redução de Santa Ana, fundada em 1755 pelo pe. Knogler. Ela era constituída por indígenas Chiquitos (*Tabicas* ou *Basorocas*), *Xarayes* (os *Zarabecas*), *Curuminas* (os *Curuminacas*), *Ecobares* (os *Ecobarecas*)<sup>21</sup>. Sabemos pela carta de Knogler que, nos últimos oito meses da permanência dele em Santa Ana, foi associado a ela um expressivo número de *Guaná* e alguns *Guaicuru*.

A diferença por serem *nações vizinhas* que falam *outra língua* indica alguns aspectos fundamentais na nossa análise: eram territorialidades distintas, embasadas na identidade cultural e linguística destes grupos. Eles ocupavam e manejavam certos espaços e recursos que consideravam seus domínios, indispensáveis à sua sobrevivência, embora as fronteiras entre os domínios de cada *nação*, composta por *rancherias* ou *parcialidades* (aldeias ou agrupamentos de famílias), fossem fluídas.

O pe. Fernandez<sup>22</sup>, em 1723, ao narrar os contatos dos jesuítas com *rancherias* indígenas que se tornaram Chiquitos nas reduções, afirma que algumas nações viviam sem religião, sem lei e sem rei. Por outro lado, fez longos relatos sobre as práticas religiosas complexamente estruturadas entre os *Manacica*. As construções religiosas dos *Manacica*, nas quais os *maponos*<sup>23</sup> realizavam os cultos que o padre denominou e descreveu como “templos, tabernáculos ou igrejas”, podem ser indícios de uma religião estruturada e sistematizada, com suas hierarquias de ministros tão visíveis como os da Igreja Católica<sup>24</sup>. Também anotou esta hierarquia em relação às estruturas de governo e dos poderes políticos em alguns grupos indígenas que seriam diferenciados dos Chiquitos. Refere-se a aldeias (*rancherias*) com praças, arruamento de casas, prédios públicos como templos ou casas dos caciques, onde recebiam numerosos visitantes e ofereciam banquetes e festas com *chicha*, música e bailes<sup>25</sup>.

As relações de trocas comerciais e as alianças de amizade funcionavam como formas de suprimento de necessidades e cooperação em casos de guerras ou conflitos armados. As alianças eram constituídas, buscadas e reforçadas através de visitas, festas, troca de presentes e dons, ajudas em situações de necessidade. Estabelecidos nas reduções, estes indígenas, guiados pelos jesuítas, asseguravam sua alimentação e abrigo, e produziam excedentes para a aquisição do que tinham necessidade. Este comércio legal ocorria com cidades hispano-americanas como Santa Cruz, Charcas, Co-

---

<sup>21</sup> TOMICHÁ, 2002.

<sup>22</sup> FERNANDEZ, Juan Patricio. *Relación Historial*. Tomo II, 1896, p. 262-82

<sup>23</sup> *Maponos* eram sacerdotes indígenas, tidos como ministros do demônio e/ou feiticeiros. Fernandez, op.cit.

<sup>24</sup> FERNANDEZ, op. cit., p. 267.

<sup>25</sup> FERNANDEZ, op. cit, p. 72.



chabamba, Potosi, etc. Também poderia ocorrer com os portugueses estabelecidos nos distritos de Cuiabá e Mato Grosso.

E foi neste espaço compreendido pelas diversas redes fluviais e grupos indígenas que ocorreram, no início do século XVIII, os primeiros encontros entre os portugueses da Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá e os jesuítas das missões espanholas de Mojo. A notícia de descobrimento de ouro e prata no Peru fez despertar nos colonos portugueses e espanhóis um crescente interesse por uma “montanha de prata”, por um reino fabuloso onde haveria um cacique e uma lagoa cheia de ouro e pérola. Este reino seria denominado de “Paititi”, “Terra Rica” ou “El Dorado de Mojos”. Impulsionados pela magia de uma terra rica, os novos conquistadores tinham consigo objetivos muito diferentes, tais como a riqueza do Eldorado e a salvação das almas indígenas.

### **Complexas relações entre portugueses, espanhóis, jesuítas e indígenas das reduções**

A partir de então, as missões de Mojo e Chiquitos dariam tônica à ocupação da fronteira oeste, caracterizada por uma geopolítica centrada na defesa estratégica da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá. Para os portugueses, as missões de Mojo seriam um obstáculo à sua hegemonia, um local muito mais ameaçador e poderoso do que a realidade. Já para os espanhóis, as missões em lugares estratégicos cumpriam a função de “estado-tampão”, isto é, de barrar caminho às áreas de metais preciosos. Assim, a missão como “instituição de fronteira” seria uma característica da colonização luso-espanhola em muitas áreas, o que contribuiu para cristalizar ainda mais a imagem do índio como “guardião” natural da fronteira<sup>26</sup>.

A primeira aproximação dos portugueses com os espanhóis aconteceu no ano de 1740, quando um grupo de negociantes de Cuiabá, juntamente com o ouvidor João Gonçalves Pereira, organizou uma expedição para explorar a missão jesuítica de San Rafael de los Chiquitos. Tal empreitada ficou conhecida como “bandeirinha de 1740”<sup>27</sup>, e seus objetivos foram comerciais e políticos, pois visavam ao levantamento da região para abrir opções nas rotas de troca e espionagem das missões jesuíticas espanholas. Segundo Canavarros e Loureiro, houve reações ao envio da “bandeirinha” por parte das administrações europeias de ambas as cortes, principalmente por ter contado com o apoio do ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira.

Contudo, outra expedição seria feita ao rio Guaporé e às missões de Mojo no ano de 1742, na qual “os componentes do grupo de quem se tem registro chegavam ao número de dez homens, dos quais seis eram paulistas e quatro reinóis, todos acossa-

<sup>26</sup> MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da Fronteira*: Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.

<sup>27</sup> CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT. 2004.

dos por dívidas. Ao que tudo indica levaram consigo criados e escravos”<sup>28</sup>. O objetivo desta viagem era o de estabelecer relações comerciais com os jesuítas de Mojo, pois havia um forte interesse na compra de gado bovino. Partindo do arraial São Francisco Xavier, saíram Tristão da Cunha Gago, João de Borba Gato, Matheus Correya Leme, Francisco Leme do Prado, Francisco Borges de Miranda, Dionísio Bicudo (paulistas), com Manuel Felix de Lima, Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira de Asumção e Manuel Freitas Machado (portugueses), em direção ao rio Guaporé abaixo.

As tentativas de estabelecimento comercial com as missões jesuíticas de Mojo deram resultados infrutíferos para os mineiros de Mato Grosso, porém o mesmo não aconteceu com os jesuítas espanhóis, uma vez que obtiveram informações que foram de extrema valia, pois permitiram o avanço de missões jesuíticas espanholas para a margem direita do rio Guaporé. Segundo relato de Barbosa de Sá<sup>29</sup>, após alguns dias de viagem pelo rio Guaporé, a segunda expedição às missões de Mojo (em 1743) encontrou a recente fundação da missão jesuítica de Santa Rosa. Assim, com o pretexto de proteger os índios, o padre Atanásio Teodoro e o padre irlandês João Brand firmaram o direito de posse da Coroa espanhola sobre as margens do rio Guaporé, além de tentar impedir a passagem dos viajantes, ou pelo menos retê-los, enquanto enviavam mensageiros às outras missões para avisar sobre a chegada dos portugueses, considerados como “visita indesejável”.

Vale a pena destacar que no momento em que ocorreu a primeira viagem rumo às missões de Mojo (em 1742), o padre Atanásio Teodoro encontrava-se na missão de Magdalena, da qual “era cura [...], aprendendo a língua dos índios bravos, para lhes ir pregar a fé e receber das suas mãos o martírio”<sup>30</sup>. De modo que o padre Atanásio aproveitou a oportunidade proporcionada pela segunda expedição para conseguir informações sobre as “novas” terras.

Portanto, a fundação da missão jesuítica de Santa Rosa de Mojo, no ano de 1743, teve por objetivo evitar que os portugueses ali voltassem a navegar. Tal ação fez

---

<sup>28</sup> LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Vila Bela e a construção do estado de Mato Grosso no século XVIII*. Projeto Fronteira Ocidental Fase 2. Autorização Federal de Pesquisa (IPHAN/Minc), História, Portaria nº 37 de 06 de fevereiro de 2003:21.

<sup>29</sup> O cronista José Barbosa de Sá, juntamente com Leme Prado e Santos Verneque (integrantes da primeira viagem), fariam parte da segunda viagem às missões de Mojo. Barbosa de Sá seria nesta viagem o maior responsável pelas *informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo*, inquiridas pelo ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira. Este inquérito tinha por objetivo dar uma ideia da geografia e etnografia de um espaço ainda pouco conhecido, devido à falta de levantamentos topográficos detalhados sobre o rio Guaporé. As informações contidas no inquérito ajudariam o Conselho Ultramarino, representado pela figura de Alexandre Gusmão, a traçar estratégias para a manutenção e proteção das possessões portuguesas na fronteira dos distritos de Mato Grosso e Cuiabá. De acordo com José Barbosa de Sá, um dos motivos para a realização desta segunda viagem às missões de Mojo foram as notícias que deram os primeiros exploradores, pois eles haviam despertado o desejo de comercializar algumas vacas para introduzi-las na povoação de Mato Grosso, tão estéril de gado na época.

<sup>30</sup> SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Traduzido do inglês pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo; prefácio de Brasil Bandecchi. 4. ed. vol. 3. Brás. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977:185.

despertar nas autoridades coloniais, tanto espanholas quanto portuguesas, a necessidade de ocupar espaços ainda considerados como “vazios demográficos”<sup>31</sup>. Sendo assim, a Coroa portuguesa tratou logo de ampliar sua ocupação, através da criação, em 1748, da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, providenciando ainda a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a abertura oficial da ligação das minas de ouro de Mato Grosso com o Grão-Pará pelo rio Madeira, em 1752. Estas medidas estavam diretamente relacionadas com fato de haver na margem direita do rio Guaporé três missões jesuíticas espanholas, a saber: Santa Rosa, São Miguel e São Simão<sup>32</sup>. Tanto Mendonça quanto Lucídio<sup>33</sup> salientam que os espanhóis poderiam tornar-se donos das duas margens do rio Guaporé, o que poderia impedir que a Capitania de Mato Grosso e suas minas recebessem comércio e socorro militar do Grão-Pará.

Neste sentido, para assegurar a posse do território, seria necessário criar uma Vila-Capital no rio Guaporé, onde a proximidade com os espanhóis era bem maior, como destaca Jovam Vilela da Silva. Da Corte portuguesa também emanavam opiniões e discordâncias sobre o local em que deveria se erguer a futura Vila para a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá. Segundo o secretário de Estado, Marco Antonio de Azevedo Coutinho<sup>34</sup>, a Vila-Capital deveria ser erigida em Santa Rosa, pois havia recebido notícias de Mato Grosso sobre a situação vantajosa da dita aldeia, posição da qual o governador Rolim de Moura discordava.

Na sequência da carta, Rolim de Moura aponta dois inconvenientes sobre o local em que deveria ser edificada a Vila-Capital para a Capitania de Mato Grosso: primeiro, a missão de Santa Rosa precisava ser desocupada pelos jesuítas espanhóis que ainda estavam nela, o que dificultaria a imediata fundação da vila; segundo, o local era distante tanto dos povoados e das minas de ouro de origem portuguesa, quanto dos povoados missionários espanhóis. Já o Arraial de Santa Ana era igualmente insalubre. Não oferecia vantagens, e os moradores estavam mais preocupados com seus interesses pessoais do que com os projetos da Coroa portuguesa para a sua fronteira. Ao visitar o Arraial de São Francisco Xavier, o governador pôde observar que as

---

<sup>31</sup> SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores: política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso – século XVIII*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

<sup>32</sup> As três missões jesuíticas as quais nos referimos são: Santa Rosa (fundada no pelo padre Atanásio Teodoro no ano de 1743), São Miguel (estava a cargo do padre Gaspar de Pardo e foi fundada no ano de 1725 (Eder, 1985)) e São Simão (encontrava-se sob a responsabilidade do padre Raymundo Laynés, sendo fundada no ano de 1744). Posteriormente, estas missões por motivos de força do Tratado de Madri (1750), seriam transferidas para missões homônimas na margem esquerda do rio Guaporé. EDER, Francisco Javier. SJ. *Breve Descripción de las Reducciones de Mojos (ca. 1772)*. Traducción y edición de Josep M. Barnadas. Cochabamba: Historia Boliviana, 1985.

<sup>33</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica. Xerox do Brasil, 1985. LUCÍDIO, João Antônio Botelho. Op. cit., 2003.

<sup>34</sup> Marco Antonio de Azevedo Coutinho era tio e amigo do Marquês de Pombal, e assinou junto com a Rainha D. Mariana, filha e regente do trono de D. João V, as Instruções Régias dadas a Antonio Rolim de Moura. Ver MENDONÇA, Marcos Carneiro de. Op. cit., 1985.

condições do local eram extremamente desanimadoras, pois não oferecia possibilidades físicas e nem climáticas para a implantação da futura Vila-Capital.

Rolim de Moura entendia que nenhum dos arraiais e nem a missão jesuítica de Santa Rosa serviriam para ser a sede da capital da recém-criada Capitania de Mato Grosso. Também deixava claro que sua escolha para a futura Vila-Capital foi pensada a partir de observações das condições naturais oferecidas pelo rio Guaporé, afirmando que, apesar de as chuvas não terem sido abundantes naquele ano (1752), como haviam sido no ano anterior, os sinais demonstravam que as enchentes não ofereceriam riscos à futura vila, que seria fundada em 12 de março de 1752, por invocação de Vila Bela da Santíssima Trindade (antigo Pouso Alegre).

Após fundar Vila Bela, Rolim de Moura daria início a uma série de fundações de arraiais, aldeias (missões portuguesas), presídios e fortalezas, na tentativa de demarcar e consolidar o espaço fronteiriço. Tais atitudes eram decorrentes do Tratado de Madri (1750), que definia que o direito de uma nação sobre um determinado território era o de comprovação da posse, salvo em caso de cessões mútuas, como destaca Bellotto<sup>35</sup>. Com a primeira notícia do tratado, os missionários espanhóis das missões jesuíticas de Santa Rosa, São Miguel e São Simão, seguindo as instruções do padre geral da Companhia de Jesus, Juan de Veingolea, abandonaram

el pueblo de Santa Rosa, situado a la margen derecha del rio Itenes, por donde se creía pasaría la línea divisoria, trasladando los indios a otro puesto de la margen izquierda, y llamaron a este pueblo de Santa Rosa el nuevo para distinguirlo del antiguo que se llamó Santa Rosa el viejo<sup>36</sup>.

Assim, diante da duvidosa demarcação da parte norte (deserções indígenas, espanhóis que nunca chegavam e gastos altíssimos com a demarcação) e da parte sul do Brasil (principalmente a área dos Sete Povos das Missões Guarani, estabelecida na parte oriental do rio Uruguai), bem como as várias incursões dos padres jesuítas de Mojo às suas antigas missões, estabelecidas na margem oriental do rio Guaporé, e muito antes de ocorrer as entregas mútuas do Tratado de Madri (1750) para esta região, Antônio Rolim de Moura ocupou a antiga missão jesuítica espanhola de Santa Rosa de Mojo, em 21 de fevereiro 1760, estabelecendo ali uma população e um forte.

<sup>35</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *O espaço missioneiro e a geopolítica Pombalina*. In: O Espaço Missioneiro. Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários, 18 a 21 de outubro de 1983. Santa Rosa, Rio Grande do Sul: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco.

<sup>36</sup> Sobre a missão de Santa Rosa, a nova, temos poucas informações. Ao que tudo indica, e segundo a documentação reunida pelo padre Pablo Pastells na obra *História da Companhia de Jesus* (1949), esta missão foi edificada provavelmente antes de 1754, para receber os indígenas trasladados da missão de Santa Rosa, a velha, e também para amparar o exército de Don Alonso Verdugo durante a Guerra Mojeña. Até o presente momento, não dispomos de maiores informações sobre Santa Rosa, a nova, enquanto povoado missioneiro. A missão de Santa Rosa, a nova, estava localizada quase defronte à antiga missão de Santa Rosa, a velha, que, no ano de 1767, já era uma espacialidade portuguesa com a denominação de Fortaleza Nossa Senhora da Conceição.

Os espanhóis denominariam o local de Estacada ou Santa Rosa, a velha, enquanto os portugueses chamariam de Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e, mais tarde, Forte de Bragança.

A justificativa para este ato, segundo os argumentos de Rolim de Moura apresentados ao governador de Santa Cruz de la Sierra, Alonso Verdugo, era a de que, depois de passar tantos anos

después de ésta despejada sin mandar ocuparla, aún tendría paciencia por algunos años más si los Padres de la Compañía no comenzas en a dar tan claras demostraciones así de volverse a mudar como de hacer entradas en las tierras de los dominios de Portugal [...]. Los Padres de la Compañía le obligaron, como queda dicho, a establecer la guardia en Santa Rosa, y lo poco que se debe fiar en ellos le obligó de la misma suerte a hacerle el levísimo resguardo de una simple estacada, que es en lo que consiste la llamada fortificación, y a ponerle dos piecillas de artillería de tan pequeño calibre que bien se deja ver que todo esto sólo puede servir de defensa a los insultos de los indios de los Padres de la Compañía<sup>37</sup>.

Ao que tudo indica, esta foi uma ação deliberada pelo próprio Rolim de Moura, mas, para que não ficasse tão evidente, o mesmo pediu, em carta datada de 16 de junho de 1756, ao governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco de Mendonça Furtado, que

[...] Quando a V. Ex<sup>a</sup> pareça conveniente e preciso, conforme as ordens que tem, ocuparem-se de todo o modo às aldeias deixadas, também me parecia acertado que V. Ex<sup>a</sup> mesmo o mandasse fazer; porque, segundo o que tem sucedido, já eu me não posso chamar a ignorância, e como estou mais perto, com maior brevidade penetrarão a segunda intenção com que isto é feito: e vindo estes negócios de lá, é natural fiquem indecisos por ignorarem se V. Ex<sup>a</sup> faz de ajuste com o seu conferente; e se resolverem a escrever primeiro a V. Ex<sup>a</sup> do que obrem nada, muito tempo há de passar primeiro que cheguem a desenganar-se, pois eu me hei de defender, de que não posso embaraçar o que V. Ex<sup>a</sup> se resolveu e esta novidade não foi sem consentimento do primeiro Comissário de Espanha. Porém, V. Ex<sup>a</sup> não ignora o quanto esta matéria é de ponderação, e que nós não podemos resolver nada sem sabermos positivamente a vontade de nosso Amo; porque nós sabemos o que convém às nossas capitánias em particular, mas não o que convém ao todo<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> PASTELLS, Pablo. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)*. Tomo VIII, Segunda Parte (1760-1768). Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, 1949:733.

<sup>38</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Amazônia na era pombalina: correspondências do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier Mendonça Furtado: 1751-1759*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v. 3, 2005:97-98.

Ciente de tais acontecimentos, o padre superior das missões de Mojo, Juan de Beingolea, remeteu uma carta ao governador da Capitania de Mato Grosso, na qual tratava do conteúdo do *exhorto de la Real Audiencia de los Charcas* que Alonso Verdugo (governador de Santa Cruz de la Sierra) enviara às missões jesuíticas através do coronel Roque Cortés. Neste documento estava expresso que, em primeiro lugar, não era permitido o estabelecimento e nem a entrada de portugueses extraviados das vias que os conduziam à Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, e, em segundo lugar, a qualquer temor de extorsão por parte dos mesmos que recorressem prontamente ao governador de Santa Cruz de la Sierra, pois ele viria para socorrer as missões. Sendo assim, para que a segunda parte do documento não fosse executada, o governador da Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá deveria abandonar a missão jesuítica de Santa Rosa, a velha, e demais terras pertencentes à Coroa espanhola.

A esta carta Rolim de Moura respondeu que bastaria o Tratado de Limites dizer que a margem direita do rio Guaporé era de posse de Portugal, mesmo que os comissários não viessem para realizar as trocas, e que a posse da missão jesuítica de Santa Rosa, a velha, teve o objetivo de impedir que os padres voltassem a carregar os índios para outra banda sem lhes consultar sobre qual soberania desejavam seguir. Depois de ler tais argumentos Juan de Beingolea decidiu visitar a estacada portuguesa e enviar outra carta ao governador da Capitania de Mato Grosso, bem como uma carta ao governador Alonso Verdugo, informando-o sobre os últimos acontecimentos.

Insatisfeito com a resposta apresentada por Rolim de Moura e seguindo as instruções passadas pelo presidente da *Real Audiencia de La Plata*, Juan de Pestaña, o governador Alonso Verdugo saiu de Santa Cruz de la Sierra, em 31 de julho de 1760, rumo à missão de São Pedro (capital das missões de Mojo). O objetivo principal desta viagem era o de requerer de Antônio Rolim de Moura um documento por escrito que explicasse de onde partiram as ordens para tomar posse de Santa Rosa, a velha.

Paralelamente a esta tarefa foram coletadas informações sobre o espaço em que estavam estabelecidas as missões de Baures até as margens do rio Guaporé<sup>39</sup>, como era a comunicação (se por terra ou rio) e qual a distância entre estas missões, se havia pessoas capazes de manejar armas e que tipos de armas havia nestas missões, se era possível o uso de cavalaria, que tipos de mantimentos estas missões poderiam oferecer,

---

<sup>39</sup> Segundo os historiadores David Block (1997) e Josep Barnadas (Eder, 1985), a primeira etapa da fundação das missões jesuíticas de Mojo se deu sobre o eixo do rio Marmoré e pampas ocidentais e ocorreu no período de 1683-1700, sendo elas: Santísima Trinidad (em 1687, pelo padre Cipriano Barace); San Ignacio (1689); San Javier (em 1691, pelos padres Juan de Montenegro e Agustín Zapata); San José (1691); San Francisco de Borja (1693); Desposorios de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. (A, 1694?); San Miguel (A, 1696?); San Pedro (1697) e San Luiz (1698). Na segunda etapa, de 1700-1720, os missionários estenderiam suas reduções pelo rio Marmoré abaixo até sua confluência com o rio Guaporé. Foram fundadas as missões de San Pablo (1703); Santa Rosa (A, 1705); Concepción (1708); Exaltación (1709); San Joaquín (1709); Tres Santos Reyes (1710); San Juan Bautista (1710); San Martin (1717); Santa Ana (1719) e Santa Maria Magdalena (1720)<sup>39</sup>. E, por fim, na terceira e última etapa, de 1720-1750, consolida-se a penetração em Baures até a bacia do rio Guaporé, onde seriam fundadas Desposorio de Nuestra Señora (B, 1723); San Miguel (B, 1725); Patrocínio de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. (1730); San Nicolas (1740); Santa Rosa (B, 1743) e San Simón (1744). EDER, Francisco Javier. Op. cit., 1985. BLOCK, David. *La cultura reducional de los Llanos de Mojo*. Sucre: Historia Boliviana, 1997.

bem como qual era a distância que separava a missão de Santa Rosa, a nova, da antiga missão Santa Rosa, ou seja, a velha. Após essa longa viagem, Alonso Verdugo chega à missão de São Pedro em 26 de agosto de 1760, e lá encontra o padre Nicolás Sarmiento junto com a outra metade dos indígenas que ficaram da antiga missão de Santa Rosa, a nova.

Assim, diante de mais um impasse fronteiriço e a fim de cumprir com as determinações da *Real Audiencia de La Plata*, o governador de Santa Cruz seguiu sua viagem até Santa Rosa, a nova. Chegando a esta missão no dia 17 de setembro de 1760, Alonso Verdugo envia, junto com o mestre de campo, José Núñez Cornejo, uma carta para ser entregue ao governador de Mato Grosso na antiga missão de Santa Rosa, a velha. Nesta carta, Alonso Verdugo solicita, entre outras coisas, que num prazo de três meses, ao contar da data do recebimento da mesma, Antônio Rolim de Moura se desfizesse da fortificação e retirasse suas armas de guerra; caso isso não ocorresse, o mesmo assumiria todos os prejuízos por ter tomado posse de terras pertencentes à Coroa espanhola.

O mestre de campo retornou com uma carta-resposta de Rolim de Moura, datada de 25 de outubro de 1760, mas esta não continha documentos suficientes para justificar sua atitude. Assim, diante da indiferença de Rolim de Moura aos protestos até então realizados (pois continuou com as obras de fortificação na antiga missão de Santa Rosa, a velha, agora Fortaleza da Conceição), e temendo novas hostilidades portuguesas nas missões jesuíticas de Mojo, a *Real Audiencia de La Plata* fez um requerimento, datado de 06 de dezembro de 1760, ao vice-rei, conde de Superunda (José Manso de Velasco), solicitando a liberação de recursos necessários para prover uma expedição militar até aquelas missões para conter os avanços portugueses. Paralelamente a esta solicitação, a *Real Audiencia de La Plata* enviou também uma carta ao governador Alonso Verdugo pedindo que o mesmo permanecesse nas missões e de lá mandasse ordens para o alistamento das milícias, pois, quando fosse o momento de atacar os portugueses, as tropas espanholas deveriam estar prontas.

A esta carta o conde de Superunda respondeu que seria mais prudente ter uma resposta satisfatória do governador de Mato Grosso e esperar pelo cumprimento ou a dissolução do Tratado de Limites do que provocar um rompimento entre as Coroas, como havia exposto Alonso Verdugo em carta a Rolim de Moura. Entretanto, se ficasse comprovado pelos comissários que os portugueses não tinham direito algum sobre aquele espaço e os mesmos não apresentassem qualquer justificativa para tal posse indevida, aí sim seria necessário, segundo José Manso de Velasco, usar de armas para desalojar os portugueses, caso contrário o rei da Espanha não veria com bons olhos. Mesmo com todas estas advertências, o conde de Superunda autoriza os recursos solicitados, mas salienta que se os comissários estivessem próximos a Santa Rosa, a velha, seria necessária a suspensão qualquer ação militar naquele espaço.

Em janeiro de 1761, chegam a Buenos Aires as ordens do rei espanhol pedindo para que “mantegan las cosas en el estado en que antes estaban con la disolución del

Tratado de Límites entre las dos Coronas”<sup>40</sup>. Ao receber esta notícia por intermédio de Pedro de Cebalhos, junto com novas ordens do conde de Superunda e da *Real Audiencia de La Plata*, o governador de Santa Cruz envia novamente uma carta, junto com um novo comissário, a Mato Grosso (Vila Bela) a fim de informar Rolim de Moura sobre a anulação do Tratado de Limites e pedir para que o mesmo se retire da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição. Rolim de Moura responde dizendo que o Tratado de Limites não poderia ser anulado sem o consentimento e o comum acordo entre ambas as Coroas, sendo assim, elas se encarregariam de passar ordens de como cada governador deveria proceder em suas repartições.

Depois de mais uma visita de oficiais espanhóis a Mato Grosso (Vila Bela), Antônio Rolim de Moura aumentou “o quanto pôde a companhia de dragões, que é todo o seu exército [...] socorrendo, de gente e de munições, o presídio de Nossa Senhora da Conceição”<sup>41</sup>. Para reforçar ainda mais segurança da Fortaleza, o governador de Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá solicitou ao governador do Pará, Manuel Bernardes de Melo de Castro, soldados infantes, pólvora, balas e munições.

Enquanto isso, o governador Alonso Verdugo realizava uma série de perguntas aos jesuítas sobre a situação de Mato Grosso e Cuiabá, além de incumbi-los de fornecer gado para o sustento da tropa e de pedir aos índios que colaborassem no plantio de roças de milho, arroz e feijão, na construção de barcos, canhões e balas de artilharias, bem como na abertura de um caminho por terra que ligasse a missão de Buenavista de Chiquitos à missão de São Pedro em Mojo, para facilitar o deslocamento das tropas que iriam atacar os distritos de Mato Grosso e Cuiabá. Também, o governador de Santa Cruz solicitou da *Real Audiencia de La Plata* o envio de tropas (que viriam de Vale Grande, Chilón, Cochabamba, Samaipata e da própria Audiencia), fuzis, carabinas e pólvora.

Em novembro de 1762<sup>42</sup> chega para a *Audiencia de La Plata* um comunicado da Corte espanhola dizendo que o rei havia declarado guerra a Portugal e seus vassalos. Aproveitando deste ensejo, o novo *virrey*, Manuel Amat y Juniet, comunicou e entregou, em 28 de novembro de 1762, o comando para realizar a expulsão dos portugueses da antiga missão jesuítica de Santa Rosa, a velha, e demais territórios do rei de Espanha, ao então presidente da *Audiencia de La Plata*, Juan de Pestaña, visto que o governador Alonso Verdugo seguiria as tropas apenas como um simples oficial.

---

<sup>40</sup> PASTELLS, Pablo. Op. cit.; 1949:814.

<sup>41</sup> AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT (coleção documentos preciosos), 2006:147.

<sup>42</sup> A declaração de guerra entre as coroas portuguesa e espanhola se deve ao conflito entre França e Inglaterra. Segundo Rómulo de Carvalho, este conflito, conhecido como a Guerra dos Sete Anos, ocorreu em virtude do chamado Pacto de Família (os Bourbons), que se estenderia até 1763, no qual “[...] a Espanha aliou-se à França, [...], e ambas planejaram a invasão de Portugal para nos obrigarem a fechar os nossos portos à Inglaterra. Como tal atitude, da nossa parte, contrariava os compromissos da secular aliança luso-britânica, negamo-nos à inclusão de Portugal no Pacto de Família, que se pretendia, o que, por reflexo, nos colocou no teatro da guerra” (1982:104). CARVALHO, Rómulo de. O recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. IV, Tomo I, 1982.



Desconfiado da movimentação espanhola na fronteira, Rolim de Moura, juntamente com seus soldados, resolveu averiguar o que significava tudo aquilo, pois até aquele momento (1763) não havia recebido notícias de declaração de guerra entre as duas Coroas ibéricas. Chegando próximo ao forte espanhol (estabelecido na margem oposta da missão de São Miguel), eles foram recebidos à bala, e somente no outro dia um sargento foi enviado para saber de tal novidade.

Após a resposta do oficial espanhol, e temendo um ataque surpresa, Rolim de Moura redobrou a ronda em torno da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição, aumentou o número de quartéis para acomodar as tropas que vieram do Pará a seu pedido, além de dar instruções de práticas de guerra aos *Dragoens*, *Aventureiros*, *Pedestres*, e *Negros*<sup>43</sup>. Toda esta organização frente ao inimigo espanhol também demandava que se aumentasse o sustento das tropas, pois no forte só havia feijão e um pouco toucinho; na parte espanhola abundava o gado das missões jesuíticas. Foi então que o governador de Mato Grosso enviou o furriel Paulo José Correa e alguns militares, rio Itonama acima, para socorrer o forte com

carne fresca, e, no dia 12 de abril [1763], foi surpreendido por grande número de castelhanos e índios vindos de S. Pedro que o aprisionaram e a 2 soldados dragões, um infante e 6 índios. Os restantes que andavam no mato, avisados, tentaram libertá-los, mas não conseguiram, pois os castelhanos retiraram-se. Sem mantimentos nem embarcação regressaram a pé, por matos e lagoas, ao forte, onde chegaram no dia 16<sup>44</sup>.

Em resposta a esta ação contra os soldados portugueses, Rolim de Moura mandou atacar o forte espanhol e a missão jesuítica de São Miguel, aprisionando os padres Juan Rodriguez e Francisco Espí (que assistiam àquela missão). A missão de São Miguel foi completamente destruída pelos portugueses, e os padres, juntamente com os indígenas convertidos, foram encaminhados para a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. De acordo com a carta de Alonso de Verdugo enviada, em 28 de julho de 1763, a Juan de Pestaña, isso não teria acontecido se tivessem edificado o forte nas proximidades da missão de São Miguel, pois, estando o mesmo longe da missão, não puderam impedir o ataque português.

Neste sentido, o plano tático dos portugueses consistiu em realizar ataques relâmpagos nos espaços em que estavam posicionados os espanhóis, com o claro objetivo de deixar as tropas espanholas sem condições de reação imediata. Isso de certa forma foi alcançado, pois as tropas do governador Alonso Verdugo, além de terem sido recrutadas nos Andes, estavam mal armadas e mal disciplinadas, e padeciam ainda de inúmeras enfermidades que o clima de Mojos propiciava a quem não era natural daquele espaço, contribuindo, assim, para que houvesse uma grande quantidade de deserções e um número reduzido de soldados combatentes.

---

<sup>43</sup> LOUREIRO, 1965:138.

<sup>44</sup> Idem, 1965: 172.

Já a tática espanhola, que não foi tão bem sucedida como o previsto, era a de impedir que os portugueses recebessem comunicação e socorro vindos de Vila Bela pelo rio Guaporé e do Pará pelo rio Marmoré, pois, com esta atitude, os espanhóis esperavam diminuir *todo lo comestible de sus sementeras*<sup>45</sup>. Para isto, foram construídos dois fortes: um na margem oposta da missão de São Miguel (entre os rios Guaporé e Magdalena), e um no rio Marmoré (próximo à missão de Exaltação). Também foi construída uma bateria em frente ao forte português, denominada “La Barranca de San Pedro”, além de uma possível construção de fortaleza na barra do rio Grande (pelo governador do Paraguai) para impedir que os portugueses recebessem socorro de São Paulo, caso as tropas espanholas invadissem os distritos de Mato Grosso e Cuiabá.

Em 10 de agosto de 1763, Antônio Rolim de Moura comunica ao governador Alonso Verdugo, por meio do mestre de campo da Fortaleza Conceição, José Franco, sobre o recebimento do Tratado de Paz assinado em Paris e solicita que o mesmo suspenda as hostilidades e bloqueios feitos nos rios Guaporé e Marmoré. O governador Alonso Verdugo aceita o pedido de trégua portuguesa e solicita de Antônio Rolim de Moura a soltura dos padres, a restituição da missão de São Miguel e caminho livre para que suas tropas pudessem retornar à antiga missão de Santa Rosa, a nova. Para a soltura dos jesuítas, foi solicitada uma troca de prisioneiros, o que não obteve resultado. Já com relação à restituição da missão de São Miguel, seria necessária, segundo Rolim de Moura, uma autorização da Corte portuguesa, que só seria dada em 11 de novembro de 1763<sup>46</sup>.

Na opinião do historiador Jovam Silva, a técnica de guerrilha empregada pelos portugueses obrigou o exército espanhol a se dividir para defender as missões de Moxos. Ainda segundo este autor, “os rios Baurés e Itonomas, que foram utilizados para o ataque espanhol, facilitaram da mesma forma o contra-ataque português. E os socorros de armas e gente que viessem do Pará, facilmente podiam atacar as missões situadas no rio Madeira”<sup>47</sup>.

Para o historiador David Block, o insucesso das tropas espanholas estava relacionado à profunda falta de conhecimento daquele espaço, que, somada às condições climáticas e à topografia acidentada e alagadiça do rio Guaporé, impediu que as tropas pudessem empregar as mesmas técnicas de guerra empreendidas na Europa. Este fato colaborou e muito para que os portugueses, apesar de estarem em menor número, continuassem a manter as possessões conquistadas no rio Guaporé.

Com a expulsão dos jesuítas da América espanhola, em 1767, a política da Coroa portuguesa sofreu alterações significativas em relação à sua fronteira com as missões jesuíticas espanholas de Mojo e Chiquitos. Esperava, com isto, estabelecer um

---

<sup>45</sup> PASTELLS, op. cit., 1949:1003.

<sup>46</sup> MENDONÇA, op. cit., 1985.

<sup>47</sup> SILVA, Jovam Vilela da. Op. cit., 1995:135.

profícuo comércio de contrabando com as reduções, que, além de serem populosas, mantinham relações comerciais com o altiplano e Lima.

### **Negociações mercantis “secretas” com as províncias de Chiquitos e Moxos<sup>48</sup>**

Na virada da década de 1760 para 1770, a política portuguesa voltada para o seu mais importante domínio ultramarino sofreu significativas alterações. Com a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), no distrito de Mato Grosso, a Coroa procurou espacializar-se criando pontos fortificados e povoações ameríndias à margem direita do rio Guaporé e do rio Paraguai, por onde os padres jesuítas espanhóis tinham acesso ao distrito de Mato Grosso.

Com a edificação da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, no distrito de Mato Grosso, a Coroa também chamou para si a estruturação de uma grande rede de contrabando com os povoados espanhóis do Vice-Reinado do Peru. Em 24 de dezembro de 1772, a Coroa procurou enviar ao governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, João Pereira Caldas, uma instrução que tinha como objetivo proporcionar o aumento do comércio via rio Madeira, atingindo a Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá; além desse propósito, visava a “regular o contrabando entre Belém a partir das vastas povoações hispânicas de Orinoco, Quito e Peru. Esse plano estava assentado praticamente em três pontos: contrabando, construção de feitorias e comércio com o Rio de Janeiro, Bahia e o Pará”<sup>49</sup>.

A instrução ou memória encaminhada pelo governador da Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá, Luís Pinto de Souza Coutinho, a seu sucessor, D. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, também revela um conjunto de ações, de forma sincronizada, entre a administração ultramarina e os governadores dessas duas regiões, no sentido de assegurar o incremento do contrabando nos domínios castelhanos. Nessa instrução, existem referências à alteração da política empreendida pela Coroa no sentido de estimular o comércio de contrabando com as províncias castelhanas de Moxos e Chiquitos, como também alusões à expulsão dos padres jesuítas da América espanhola, em 1767, quando as antigas missões castelhanas passaram a ser administradas por eclesiásticos nomeados pela Coroa hispânica – os “curas” – para tratar dos negócios das populações ameríndias que trabalhavam nessas propriedades<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> Nosso estudo optou por manter as duas grafias (Moxos e Mojo) para a região de Llanos de Mojos, pois as mesmas aparecem tanto na documentação primária quanto na bibliografia especializada sobre o assunto.

<sup>49</sup> JESUS, Nauk Maria de. *Na Trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em História) – UFF. Niterói, 2006. p. 374.

<sup>50</sup> Instrução de Luís Pinto de Souza para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, 24 de Dezembro de 1772. In: MENDONÇA, op. cit., p. 114. Ver parágrafos 46º e 52º.

A Coroa, durante a primeira metade do século XVIII, dependia da produção aurífera (ouro e diamantes) extraída das capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Com o declínio da produção, a principal moeda de pagamento dos produtos ingleses, que era o ouro, acabou se escasseando, provocando forte desequilíbrio entre o que a Coroa arrecadava e as despesas decorrentes das importações dos produtos ingleses<sup>51</sup>. Além disso, logo após o fim da Guerra dos Sete Anos, houve considerável queda nos preços do açúcar nos mercados externos, provocada, principalmente, pelo surgimento de novos produtores nas Índias Ocidentais francesas e britânicas.

O colapso do setor aurífero, entretanto, causou um impacto drástico nos empresários cujo canal de comércio apoiava-se sobretudo nos lingotes de ouro e prata para o seu sustento: os da conexão que ligava os britânicos ao ouro de Minas Gerais e à rede de contrabando de ouro e prata da América do Sul [...]. O desbaratamento das velhas redes de contrabando na região do rio da Prata havia sido causado, em parte, pela guerra contra as colônias jesuítas, no Paraguai. A influência mais importante, contudo, havia sido a bem-sucedida luta contra o comércio ilegal, desfechada pela restaurada administração espanhola em Buenos Aires. O recolhimento de rendas pelo subtesouro de Buenos Aires mais que dobrou entre 1775 e 1776, e um aumento notável de mercadorias confiscadas ocorreu entre 1769-1775. A criação do Vice-reinado do Rio da Prata em 1776 e a abrangente legislação comercial espanhola de 1778 removeram a *raison d'être* do contrabando ao abrir o comércio direto entre o rio da Prata e a Espanha. Durante os últimos anos do regime de Pombal, a disputa entre portugueses e espanhóis pelo controle da Colônia do Sacramento, o entreposto do contrabando da região do rio da Prata, prejudicou ainda mais as velhas redes clandestinas de comércio<sup>52</sup>.

Assim, a Coroa esperava estabelecer um profícuo comércio de contrabando entre a Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá com as missões jesuítas de Moxos e Chiquitos, por serem estabelecimentos missionários populosos e que mantinham ligações comerciais com Lima e a Europa. A prata consistia, nesse período, na principal moeda de pagamento no comércio hispano-americano, pois “é muito provável que o canal mato-grossense de acesso à prata ficasse ainda mais valorizado, o que explicaria com vantagem a ‘tensão’ pela prata”<sup>53</sup>.

A introdução de mercadorias através da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, no período de 1755 até 1777, como armas, munições, ferramentas, escravos e até mudas de plantas frutíferas para o plantio, foi uma medida importante para a economia da capitania mato-grossense. Constavam, no estatuto dessa companhia,

<sup>51</sup> PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979. Ver capítulo 2: O ouro brasileiro; capítulo 3: O comércio luso-brasileiro.

<sup>52</sup> MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 142-143.

<sup>53</sup> LENHARO, Alcir. Do contrabando da prata. In: *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMR/Imprensa Universitária; PROEDI, 1982, p. 46-47.

recursos para o envio de “presentes”, ou, mais explicitamente, pagamento de subornos às autoridades castelhanas estabelecidas no Vice-Reinado do Peru, a fim de facilitar o contrabando<sup>54</sup>. Como compensação para esses investimentos, a companhia poderia auferir cerca de 75% de todas as transações feitas com os povoados espanhóis, o que poderia lhe garantir o acesso à prata espanhola extraída do altiplano andino<sup>55</sup>.

Em 25 de maio de 1773, Pereira e Cáceres escreveu a Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, informando que tinha recebido notícias vindas de Lisboa, repassadas pelo governador do Pará, João Pereira Caldas, para intensificar a navegação e o comércio com a Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá. Ressaltava também que, de acordo com as informações, cabia ao diretor e aos deputados que faziam parte da companhia construir feitorias que servissem como entrepostos comerciais e alojamentos para os comerciantes e viajantes ao longo do trecho da Capitania do Pará até Mato Grosso. O governador Pereira Caldas e o diretor das obras indicado pela companhia ficaram responsáveis por verificar os locais onde deveriam ser construídas as feitorias. Pereira e Cáceres assumiu o compromisso de vistoriar os prováveis pontos a serem averiguados no distrito de Mato Grosso para o início das obras. Todo esse trabalho deveria ser feito em conjunto com Pereira Caldas e engenheiros responsáveis pela edificação desses entrepostos comerciais<sup>56</sup>.

Em outra correspondência enviada a Melo e Castro, Pereira e Cáceres detalhou as ações tomadas para dar prosseguimento à prática do contrabando secreto. Fazendo referência ao parágrafo 5º da carta instrutiva, o governador fez alusão à intenção do rei D. José I em “abrir por qualquer modo as Portas do Comércio dos espanhóis nesta Fronteira; fechada há muito tempo com as mais escrupulosas cautelas”. Segundo o governador, as dificuldades enfrentadas por seus antecessores em manter o comércio com os povoados castelhanos deviam-se à postura do “vigilante” governador espanhol D. Antonio Aymerik, que tinha ordens expressas da Coroa espanhola para impedir qualquer tipo de intercâmbio comercial com os portugueses, naquela região. As relações com as autoridades do Vice-Reinado do Peru começaram a mudar a partir da sucessão do novo governador D. León de Velasco, que era visto por Pereira e Cáceres como menos rigoroso e mais *inclinado* à prática do contrabando. Outro receptor das mercadorias portuguesas foi o frei Caetano de Fudela, administrador da missão de Madalena, “confidente e intérprete das nossas intenções”, dizia Pereira e Cáceres a Melo e Castro. Logo que assumiu o governo da capitania mato-grossense, Pereira e Cáceres recebeu informações do frei Fudela, avisando que aguardava com grande expectativa a chegada das mercadorias que deveriam ser trazidas de Belém pelos

---

<sup>54</sup> JESUS, op. cit., p. 375.

<sup>55</sup> DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, p. 218-219, v. 2.

<sup>56</sup> AHU, Projeto Resgate, Mato Grosso, caixa 16, documento 1030, Cd 04. 1773, maio, 25. Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, sobre a promoção do comércio e da navegação com o Grão-Pará e as feitorias que serão construídas.

comerciantes da Companhia Geral do Grão-Pará até o distrito de Mato Grosso. Conhecendo o perfil de D. León Velasco, Pereira e Cáceres tomou as seguintes providências:

[...] tenho instruído ao oficial atualmente comandante da dita Fortaleza [Forte de Bragança] para que debaixo dos indispensáveis princípios de política e de reserva precisa e desconfiando sempre de sua respeitosa boa fé; se aproveite da ocasião que presentemente se ofereceu, para que, mostrando ceder ao desejo do mesmo Governador castelhano, *possa ter princípio o Negócio de contrabando que nos convém: e depois de recomendar-lhe toda cautela, com que deve promovê-lo, parta que senão presuma em forma alguma minha determinação, e consentimento; lhe indiquei também, a forma e qualidades de comércio, que julguei convenientes, a fim de procurarmos a importação e sua Prata [...]* evitando ao mesmo tempo com alguma indústria o mais que pode-se ser a exportação do ouro desta Capitania, que nunca pareceu ser conveniente, sem que nos introduzam espécies de valor real que tem as referidas<sup>57</sup> (grifos nossos).

A urgência era tamanha para o início dessas negociações que o governador utilizou-se de desculpas, como a entrega de ameríndios que pertenciam às missões castelhanas e se encontravam na Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá, ordenando a devolução aos militares do Forte Bragança. Nessa ação, os soldados deveriam averiguar quais seriam os possíveis locais a serem estipulados para o início do contrabando. Apesar de todas as providências, o governador demonstrava-se bastante inquieto, pois não tinha recebido nenhuma notícia das províncias de Chiquitos e de Moxos.

Intencionava a Coroa portuguesa atingir o Oceano Pacífico, via Lima, como também estabelecer uma rota de comércio via litoral do Panamá até Nova Espanha. Visava obter a prata como moeda de pagamento para as mercadorias introduzidas nas províncias de Moxos e Chiquitos pela Companhia Geral do Grão-Pará e estocadas nas fortalezas existentes nas capitânicas do Pará e de Mato Grosso. O ouro extraído em Mato Grosso não poderia servir como moeda de pagamento às mercadorias oriundas do Vice-Reinado do Peru<sup>58</sup>.

Como apontamos, outro estabelecimento utilizado para a prática do contrabando oficial foi o Forte Coimbra, construído em 1775, por ordem de Pereira e Cáceres, pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra. A edificação dessa fortificação se justificava em função da tentativa em conter a ofensiva dos ameríndios *Paiaguá* e *Guai-curu*, que atemorizavam as monções provenientes das capitânicas de São Paulo que se

<sup>57</sup> AHU, Projeto Resgate, Mato Grosso, caixa 16, documento 1031, Cd 04. 1773, Maio, 25, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, sobre o Negócio de contrabando que nos convém...”. As cartas enviadas ao comandante do Forte Bragança foram do governador da província de Moxos, D. León, em 17 de março de 1773, e do frei Fudela, de 17 e 22 de março de 1773.

<sup>57</sup> BASTOS, Uacury Ribeiro de Assis. Os jesuítas e seus sucessores (Moxos e Chiquitos – 1767-1830). *Revista de História*, São Paulo, v. 43, n. 87, ano 22, 1971. Boletim nº 11.

<sup>58</sup> AHU, Projeto Resgate, Mato Grosso, caixa 16, documento 1031, Cd 04. Op. cit.

dirigiam à Vila Real de Cuiabá. Os planos de Pereira e Cáceres, orientados pela Coroa, consistiam em fomentar o comércio via rio Paraguai, pois através dessa rota não haveria o risco de os comboios de comerciantes e de tropas militares sofrerem nenhum embaraço como os existentes durante as travessias das cachoeiras nos rios Madeira ao Guaporé. Consideravam também a existência de povoados castelhanos às margens desse rio, nos quais, futuramente, poderiam introduzir mercadorias de todos os tipos, atingindo inclusive a província do Paraguai. Pereira e Cáceres, com o novo povoado que pretendia criar nos arredores do Forte Coimbra, tinha o propósito de garantir a defesa daquele posto militar, além de fomentar a instalação de lavouras. A população ali estabelecida poderia viver da caça e da pesca, pelo fato de a nova fortificação estar situada às margens do grandioso rio Paraguai.

A população intra e extramuros seria uma referência importante para o comércio interno regional, ou seja, através dos rios Paraguai e Jauru, poderia abastecer a Vila Real de Cuiabá e outras localidades daquele distrito. Não descartava o governador a possibilidade do comércio entre a Capitania de São Paulo e Mato Grosso, que teria como entreposto comercial a nova fortificação, projeto este que já tinha sido pensado por Morgado Matheus, na época que ocupou o cargo de governador da Capitania de São Paulo. Esperava-se, com o estabelecimento dessa nova rota comercial, tendo como ponto de apoio o Forte Coimbra, alargar ainda mais a área de atuação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, não somente através do contrabando com os povoados espanhóis, como também possibilitar acirrada concorrência através do comércio regular (interno) com os comerciantes do litoral que abasteciam a Vila Real de Cuiabá<sup>59</sup>.

Como observamos, os militares foram envolvidos nessa rede de contrabando oficial, como o caso do comandante do Forte Bragança, Caetano de Souza, e outros menos graduados. Enquanto a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão se encontrava na fase áurea, no período de 1769 a 1776, nos governos de Souza Coutinho e Pereira e Cáceres, essa teia de negócios foi ampliada. Comerciantes espanhóis, curas que administravam as missões, autoridades portuguesas e espanholas e colonos luso-brasileiros, foram envolvidos nessa estrutura instrumentalizada desde os gabinetes metropolitanos.

Desde as viagens feitas por sertanistas luso-brasileiros às missões jesuítas de Moxos e Chiquitos, no início da década de 1740, a Coroa obteve preciosas informações sobre o Vice-Reinado do Peru. Foram “reveladas” rotas terrestres e fluviais até aquelas missões, dados sobre a população, economia e administração jesuíta, provocando nas autoridades portuguesas receio de que a aproximação com os povoados missionários pudesse colocar em risco os seus interesses no Vale do Guaporé.

Entre 1767-1768, período em que os padres jesuítas foram expulsos da América espanhola, foi feito um levantamento da população estabelecida nas missões jesuítas

---

<sup>59</sup> AHU, Projeto Resgate, Mato Grosso, caixa 18, documento 1108, Cd 04. 1775, Setembro, 02. Ofício Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, que informa sobre a expedição que seguiu da Vila de Cuiabá para o Fecho do Morro.

de Moxos e Chiquitos, o que apresentou o número de 39.005 habitantes, com grande superioridade populacional em relação à Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá, que possuía 7.077 habitantes no distrito de Cuiabá, e 3.829 habitantes no distrito de Mato Grosso, totalizando 10.906<sup>60</sup>. Ao findar a década de 1760, as missões de Chiquitos e Moxos passaram a ser consideradas pela Coroa como mercados excelentes para o desenvolvimento do contrabando oficial. Não se tratava de deixar de lado os antigos ressentimentos entre portugueses e espanhóis, mas estabelecer canais de intercâmbio comercial, de forma sigilosa, com esses povoados, tendo os curas como agentes receptores das mercadorias lusitanas: a prata e o desejo de expansão colonial, somados, animavam os portugueses a olhar para o Vice-Reinado do Peru.

Para Nauk Maria de Jesus, a comunicação com os curas das missões de Moxos para o início do contrabando ocorreu em 1769, no governo de Souza Coutinho. O encarregado dos primeiros contatos foi o tenente Francisco José de Figueiredo, que se deslocou para as missões a mando do governador, com o pretexto de se colocar à disposição das autoridades espanholas e contribuir para a expulsão dos padres jesuítas. Na ocasião, este militar procurou registrar os caminhos percorridos (terrestres e fluviais) e outras informações que julgou do interesse do governador.

Ele identificou no território de Moxos quinze missões supervisionadas por Antonio de Aymerick, cuja divisão administrativa interna seguia a divisa dos rios Jacumã, Mamoré, Itunamas e Baures. Além disso, apontou dois caminhos que poderiam acessar o distrito do Mato Grosso às terras castelhanas. Vejamos o primeiro: Fortaleza de Bragança → Exaltação → Santa Ana → Santos Reis → São Borja → Santo Ignácio. Apesar do tenente não avançar na apresentação deste trajeto é possível que de Santo Ignácio pudesse seguir para Trindade → Loretto → Cochabamba ou Santa Cruz → Potosi → Chuquesaca, ou o inverso Santa Cruz → Chuquesaca → Potosi [...]. O segundo caminho era mais curto. Esta rota era: Bragança → Exaltação → São Pedro → Trindade → Loretto, seguindo posteriormente o percurso dito acima para se chegar a Chuquesaca ou Potosi<sup>61</sup>.

O Forte Bragança, antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, continuou a desenvolver as operações militares, mesmo depois de suas instalações terem sido condenadas pelos engenheiros Oliveira Rêgo e Domingos Sambucetti. Desde a sua fundação, a fortaleza constituiu-se no centro das atividades militares na Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá, sendo o estabelecimento mais bem fortificado, pela localização à margem direita do rio Guaporé, na contraface da província de Moxos. O forte também continuou servindo de cobertura ao comércio regular com o estado do Grão-Pará e Maranhão, através da rota fluvial Guaporé-Madeira.

<sup>60</sup> AHU/NDHIR/UFMT. Microficha 183, doc. 2701. Carta de João Pedro da Câmara a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Apud SILVA, op.cit., p. 114.

<sup>61</sup> JESUS, op. cit., p. 350.



Por outro lado, o forte estava incluído em uma ampla rede de povoados e fortificações que, além do comércio regular, servia para a logística do contrabando orquestrado pela Coroa, que passou a ter os povoados espanhóis, a partir das décadas de 1760 e 1770, como os principais alvos das mercadorias de diferentes regiões do Império português negociadas pela Companhia Geral do Grão-Pará.

Como afirmamos, o comandante desse estabelecimento militar constituía-se em peça-chave do contrabando de mercadorias com o Vice-Reinado do Peru. Subordinado ao governador da capitania, cabia-lhe conduzir tropas militares para os povoados espanhóis em busca de escravos fugidos, devedores do fisco e criminosos. Essa rotina militar acabava, porém, dando cobertura às atividades comerciais não regulares mantidas com os castelhanos.

Desde que assumiu o governo da capitania mato-grossense, Pereira e Cáceres procurou manter a Coroa informada “sobre o novo comércio com os espanhóis, que não tem cessado as diligências, que pelo possível modo, tenham feito praticar a fim de mais o promover na forma das reais ordens do mesmo Senhor”<sup>62</sup>. O contrabando era incentivado pela Coroa, como vinha ocorrendo, desde a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, com o Vice-Reinado de Buenos Ayres.

Embora as autoridades portuguesas protestassem contra o comércio ilegal em seu território, incentivavam as transações comerciais ilegais entre Portugal e a América espanhola. O comércio com os territórios hispânicos através da Colônia do Sacramento era considerado positivo, pois trazia prata. Além disso, por meio de uma ocupação “virtual” e econômica, tanto os legisladores portugueses quanto os espanhóis buscavam obter a posse das terras disputadas. Em outras palavras, os portugueses e outros homens de Estado viam o contrabando com bons olhos desde que este atendesse aos interesses econômicos e políticos de sua terra natal. A administração colonial teve papel decisivo na regulação do comércio ilegal<sup>63</sup>.

No estado do Grão-Pará e Maranhão, o governador João Pereira Caldas era o principal representante dos interesses dessa companhia; na capitania mato-grossense, o mesmo papel recaía sobre governador Pereira e Cáceres, responsável pela organização de todas as operações de contrabando com os espanhóis, enquanto D. León de Velasco, governador das províncias de Moxos e Chiquitos, era o parceiro nos domínios espanhóis, pois detinha o controle político-administrativo de todas as antigas missões jesuítas. O frei Fudela, da missão de Madalena, era o principal mediador dos contatos com os portugueses e com os demais curas. A missão de Madalena situava-se

---

<sup>62</sup> AHU, Projeto Resgate, Mato Grosso, caixa 17, documento 1096, CD 04. 1775, Fevereiro, 28, Vila Bela. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro em que informa que não tem cessado as diligências para promover o comércio com os espanhóis.

<sup>63</sup> PIJNING, Ernst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, 2001, p. 9.

na barra do Itonomas, fronteira com os domínios portugueses, e consista no principal ponto de apoio ao contrabando.

D. León e o frei Fudela procuravam manter informado o comandante do Forte Bragança, Caetano de Souza, que, por sua vez, repassava as notícias ao governador Pereira e Cáceres. Os assuntos eram variados, mas envolviam o andamento dos negócios do contrabando e, principalmente, os entraves que ocorriam para que fossem aceleradas as negociações. Os curas faziam referências ao decréscimo populacional nas missões em função de doenças, à desorganização das atividades produtivas e às longas distâncias entre as missões, o que exigia muito tempo para se fazer os devidos contatos com os curas.

Apesar dos problemas que ocorriam no lado espanhol, o contato com a missão de San Martim aconteceu, estendendo ainda mais os tentáculos desse sigiloso comércio. O cura dessa missão esperava que as mercadorias do Grão-Pará chegassem ao Forte Bragança para realizar o esperado “negócio de contrabando”. As mercadorias remetidas pela Cia. Geral do Grão-Pará à Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá chegavam em períodos determinados, regulando, de certa forma, o andamento do comércio com os espanhóis. A duração da viagem dos comboios de comerciantes de Belém até Vila Bela durava entre cinco e seis meses, o que impunha um “calendário do contrabando”, para que as negociações entre os portugueses da capitania mato-grossense e os espanhóis do Vice-Reinado do Peru ocorressem.

O comércio de contrabando com os povoados espanhóis do Vice-Reinado do Peru consistia, assim, em uma alternativa para amenizar o quadro financeiro da companhia protegida pela Coroa, tendo em vista que o grande entreposto americano do contrabando da prata, a Colônia do Sacramento, encontrava-se na mira da administração do Vice-Reinado do Prata, interessada em estancar essa antiga e ilícita prática comercial. As ações dos governadores Pereira e Cáceres e Pereira Caldas, buscando prover essas duas unidades territoriais da América portuguesa com feitorias e fortalezas e melhorias na rota fluvial Guaporé-Madeira, denunciam a necessidade de tornar essas regiões potencialmente capazes de atender às exigências da economia portuguesa.

A Coroa pretendia que a companhia conseguisse, de fato, expandir seus negócios até a Vila Real de Cuiabá, promovendo a concorrência com os comerciantes que vinham do litoral, o que provocaria queda nos preços e o abastecimento da população com os gêneros necessários para a sua sobrevivência. Mas este era um problema antigo e de difícil solução, devido aos desafios que a companhia e o governador da Capitania de Mato Grosso teriam que enfrentar para interligar Belém até Vila Real de Cuiabá, passando por Vila Bela.

Os desafios eram muitos, e a superação dependia de maiores investimentos de capitais e da própria reorganização da companhia para enfrentar esse tipo de operação. As atividades comerciais, tanto as consideradas lícitas como as de contrabando, não se encontravam livres das disputas pelos mercados coloniais com outras nações europeias. O fornecimento de mercadorias para a Capitania Geral de Mato Grosso e

Cuiabá, escravos, por exemplo, dependia da regularidade do fornecimento dos mercados africanos deste tipo de mão de obra.

A esperança da companhia era que o comércio com a Vila Real de Cuiabá aumentasse, como também as operações de contrabando com os domínios castelhanos do Peru. Mas para que isso viesse a acontecer era preciso uma profunda reorganização da companhia, que passava por problemas sérios de desvios de dinheiro, corrupção, desordem administrativa, etc. A conjuntura política no outro lado da fronteira também não era nada favorável ao comércio de contrabando. A Coroa espanhola substituiu o governador espanhol das províncias de Moxos e Chiquitos, D. León de Velasco e os curas que se encontravam à frente da administração das missões. Desmontou, como peças de um jogo de dominó, a rede de apoio ao comércio clandestino entre os domínios ibéricos na América. O próspero mercado espanhol da parte oriental do Vice-Reinado do Peru encontrava-se em fase de retração, devido à fuga dos ameríndios das missões, provocando a desestruturação da economia missioneira.

A morte de D. José I, em 23 de fevereiro de 1777, e o afastamento de Pombal do poder, deixou a Companhia Geral do Grão-Pará, que já vinha sofrendo sucessivas perdas financeiras, sem fôlego econômico para continuar suas atividades. Sem a proteção do rei e do seu principal secretário de Estado, não havia esperanças para a revitalização da companhia.

O governador Pereira e Cáceres foi um dos principais representantes dos interesses da administração de D. José I, nessa parte da América do Sul. Em seu governo, foram firmados compromissos com os castelhanos do Vice-Reinado do Peru, situação que poderia colocá-lo na mira dos adversários de Pombal. No entanto, D. Maria I, ao assumir o trono, não destituiu Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres do cargo de governador.

Com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1º de outubro de 1777, a Colônia do Sacramento, motivo de intensas disputas entre as duas Coroas ibéricas, desde 1680, finalmente foi resolvida: ressuscitaram o que tinha sido, em parte, determinado no Tratado de Madri, pois os espanhóis tomaram conta do território dos Sete Povos e da cobiçada Colônia. Coube aos portugueses a manutenção do controle do Rio Grande de São Pedro e da Ilha de Santa Catarina.

Pereira e Cáceres continuou no governo até 1789, quando foi substituído por seu irmão, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que, na prática, não alterou as linhas gerais da política econômica orquestrada pela administração pombalina. A Companhia Geral do Grão-Pará foi desativada em 1778, como também a de Pernambuco e da Paraíba, em 1779. A partir desse período, ficou estabelecido o livre comércio com o estado do Grão-Pará e Maranhão, atingindo frontalmente a capitania mato-grossense.

## Considerações finais

Longe de querer esgotar todas as possibilidades de estudos sobre estas espacialidades aqui abordadas, o que nós procuramos oferecer ao leitor foi um dos possíveis caminhos para uma reflexão de como se processou a colonização portuguesa e espanhola num espaço habitado pelos diversos grupos indígenas, que mais tarde receberiam uma denominação geral de índios Mojo e Chiquitos. Deste modo, as ações empreendidas tanto pelos portugueses quanto pelos espanhóis, neste espaço compreendido pelas diversas redes fluviais e diversos grupos indígenas, produziram um verdadeiro espaço de relações tensas de fronteira, já que os portugueses encarariam a bacia guaporeana como um espaço a ser ocupado definitivamente, não poupando esforços para manter suas possessões no extremo oeste da Capitania Geral de Mato Grosso e Cuiabá.

Já os espanhóis, por sua vez, com o pretexto de proteger os indígenas do avanço lusitano na raia oeste da capitania mato-grossense, e, com isto, firmar o direito de posse da Coroa espanhola sobre as margens do rio Guaporé, fundaram as missões de Santa Rosa, São Miguel e São Simão. Nesse sentido, os povoados missioneiros de Mojo e Chiquitos ocupariam uma fronteira viva entre contínuos atritos com febre expansionista portuguesa e as constantes oposições de interesses da sociedade colonial espanhola<sup>64</sup>.

Neste sentido, novas espacialidades foram criadas, (re)significadas e (re)elaboradas, gerando, desta maneira, novas realidades históricas, nas quais se mesclariam características sociais oriundas dos diferentes grupos étnico-populacionais presentes nestes espaços. Portanto, os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia são os resultados destas reelaborações espaciais, depositórios de inúmeras histórias e vestígios materiais, fontes importantíssimas para o pesquisador que deseje investigar estas intrincadas sínteses culturais.

*Autores convidados, artigo recebido em 29 de novembro de 2012.*

---

<sup>64</sup> KERN, Arno Alvarez. Fronteiras e Missões coloniais: continuidades e oposições culturais. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, v. 4, n. 1, jan./jun. 2003.